

TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA OU FALSA DEMOCRACIA? UM BRASIL DE CONTRADIÇÕES

Alencar Frederico Margraf¹

João Carlos Antunes Ferreira²

Letícia Pereira Castro³

Resumo: Após a crise monárquica em meados do Século XIX, e com as mudanças pelas quais a sociedade e a economia consequentemente passaram, ficou insustentável a monarquia no então Império Brasileiro, ainda que aparentemente o Brasil estivesse em uma época estável. Com pensamentos tendenciosos por parte dos militares somando com a já avançada idade do Imperador Dom Pedro II, acontece o primeiro golpe de Estado no Brasil, dando início a uma sequência de reviravoltas políticas, chegando ao último e mais sangrento, qual foi o golpe militar de 1964. Passados 21 anos de regime, foi promulgada a atual Constituição Federal, que nos dias de hoje, em muitos casos vem sendo desrespeitada, como no caso de segregação envolvendo

¹ Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP. Especialista em Direito Penal, Processo Penal e Criminologia, pelo Instituto Busatto de Ensino. Pós-Graduado *latu sensu*, pela Escola da Magistratura do Estado do Paraná, Núcleo de Ponta Grossa. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Membro Efetivo do Instituto Paranaense de Direito Processual. Professor de Ciência Política e Teoria Geral do Estado na Faculdade de Telêmaco Borba – FATEB-PR; Professor Pesquisador-Orientador no Programa de Pesquisa da Faculdade de Telêmaco Borba – FATEB-PR (2014). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (mai-2013/mai-2015). Professor na Faculdade Educativa e Cultural Amélia (SECAL). Advogado e Pesquisador.

² Graduando em Direito pela Faculdade de Telêmaco Borba – FATEB; membro do grupo de pesquisa “Administração pública e dilemas do Estado Contemporâneo”.

³ Bacharel em Direito pelas Faculdades Integradas de Itararé – FAFIT.

eventos milionários e prioritários para o governo.

Palavras-Chave: Democracia; Golpe de Estado; Constituição; Mídia;

DEMOCRATIC TRANSITION OR FALSE DEMOCRACY? A BRAZIL OF CONTRADICTIONS

Abstract: After the monarchic crisis in the mid-nineteenth century and with the changes by which society and the economy have consequently passed, the monarchy became unsustainable in the then Brazilian Empire, even though Brazil was apparently in a stable period. With tendentious thoughts on the part of the military adding to the already advanced age of the Emperor Dom Pedro II, happens the first coup in Brazil, starting a sequence of political overturn, coming to the last and bloodiest, that was the military coup of 1964. After 21 years of regime, the current Federal Constitution was promulgated, which in many cases has been disregarded, as in the case of segregation involving events millionaire and priority for the government.

Keywords: Democracy; Coup d'état; Constitution; Media;

1. INTRODUÇÃO



República Brasileira já nasce com um caráter contraditório, no momento do golpe de estado que deu origem a República Federativa do Brasil, também conhecida como “República Velha”, sequer houve a participação popular, contudo, nos próximos anos o próprio presidente deu um novo golpe dissolvendo o congresso, tão logo, renunciou ao cargo alguns dias depois. Passa então o Estado Brasileiro por várias transições políticas, até o mais sangrento dos golpes, acontecido em 1964, que

deixou marcas evidentes até os dias de hoje, mas com seus fatos sendo ignorados pela grande maioria da sociedade, permitindo assim estratégias e ações contra a Constituição, por meio de decretos, exceções, além de prioridades pré-estabelecidas por elites, realidade muitas vezes permitida por uma população alienada, que está cada vez mais desacreditada em seus representantes, e que não tem o hábito de se insurgir contra atos absurdos.

Para a realização desta pesquisa, foi utilizado o método qualitativo, unificando as informações de artigos, livros e revistas eletrônicas, interpretando a relação entre as obras. Tem como objetivo demonstrar o reflexo que se obtém de uma sociedade anestesiada por meio de manipulações históricas e uma série de fatos, tanto políticos, como sociais. O presente estudo tem como cenário o fim do Século XIX nomeando vários personagens da história estatal brasileira, transcorrendo até os principais acontecimentos econômicos-políticos atuais, explicitando a real prioridade dos governantes.

2. DESENVOLVIMENTO DO IMPÉRIO À ATUAL CONSTITUIÇÃO

Findado o Império do Brasil, provido do golpe militar no dia 15 de Novembro de 1889, tendo em frente ao golpe o militar Manuel Deodoro da Fonseca, inicia-se assim a “República Federativa do Brasil”. O até então Imperador e Estadista Dom Pedro II, governou o Brasil por quase cinquenta anos, deixa seu legado.

O país tinha abolido a escravidão, contava com um sistema judiciário em pleno funcionamento, a imprensa contava com a liberdade de expressão, a Constituição se mantinha até então como a mais duradoura na história, por mais que em muito fosse apenas aparência tais fatos, se devia a isso a relativa estabilidade qual seguia o Estado, se destacando entre os países vizinhos.

Porém, não sustentando a pressão de um sistema democrático, adveio um segundo golpe, fechando o congresso e centralizando o poder em si, fato conhecido como o “Golpe de Três de Novembro”, logo em seguida, veio a renunciar ao poder, devido a manifestações populares e pressões políticas⁴.

Nos próximos trinta anos o Estado Brasileiro foi caracterizado por dominação de uma oligarquia agro comercial, formada por cafeeiros de São Paulo, produtores de leite de Minas Gerais e elites rurais Nordestinas, formando um bloco único e forte de interesses oligárquicos, e o Brasil sendo um ente federativo arrecadava tributos, porém deixava de repassar igualmente aos estados membros. Neste meio tempo novos centros regionais se consolidaram, deslocando as mencionadas elites agrárias para novos grupos urbanos, e abrindo caminho para o surgimento de figuras políticas importantes, como Getúlio Vargas.⁵

Vargas, após a grande depressão de 1930, assumiu o comando do Brasil, depondo o então Presidente Washington Luiz e impedindo Júlio Prestes de assumir a Presidência após ser eleito no dia 1º de Março de 1930, colocando um ponto final na República Velha, se mantendo no poder por 15 anos, de 1930 até 1945, sendo de 1937 á 1945 como Presidente Ditador, qual após o golpe de Estado foi implantado o “Estado Novo” e por mais três anos, sendo eleito por votos diretos de 1951 até 1954, quando se suicidou.⁶

No ano de 1961, assumiu a Presidência da República

⁴ GOMES, Laurentino. *1889: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a proclamação da República no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Globo, 2013.

⁵ VIANA, Fernando Antônio Campos. *Democracia e Constituição: O processo de abertura democrática e constituição Brasileira*. Disponível em: [<https://uol.unifor.br/oul/conteudosite/F1066344996/Dissertacao.pdf>]. Acesso em: 17.10.2018.

⁶ VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas*. Organização, Maria Celina D’Araújo. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. Disponível em: [<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/getulio-vargas/perfil-parlamentar-de-getulio-vargas>]. Acesso em: 04.11.2018.

João Goulart, este sendo deposto de seu cargo pelo alto escalão do Exército Militar no dia 1º de Abril de 1964, pelo General Olímpio Mourão Filho, dando início ao regime militar Brasileiro de 1964, durando até o dia 15 de Março de 1985, três anos mais tarde, no dia 15 de Outubro, foi então promulgada a lei suprema e fundamental brasileira, a Constituição da República do Brasil, dando início à era democrática, vigente até os dias de hoje.⁷

3. REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA

A atual situação Brasileira e em relação à democracia se arrasta desde os primórdios, e reflete diretamente nos dias de hoje, assim se faz necessário olhar mais de perto alguns fatores, sendo estes, a influência de países desenvolvidos, em especial a intervenção Norte Americana⁸, e da Igreja Católica, que mesmo após o plebiscito de 1962, este que devolveu os poderes que lhe foram privados pelo parlamentarismo, ainda considerava suas atitudes como o início do Comunismo no Estado Brasileiro.⁹

Desde o início o governo Brasileiro tinha a ideologia de expandir a base Industrial, com o desenvolvimento de uma política externa independente e a diversificação do comércio exterior,¹⁰ com exceção de alguns poucos governantes, e essa atitude “independente” não passou despercebida, afinal depois da

⁷ ARAÚJO, Maria Paula. SANTOS Desirre dos. SILVA, Izabel Pimentel. *Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, Imagem e Testemunho*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013. Disponível em: [https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/ditadura_militar_demo.pdf]. Acesso em: 25.10.2018.

⁸ RAPOPORT, Mário. LAUFER Rubén. *Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960*. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n1/v43n1a04]. Acesso em: 01.11.2018.

⁹ GONÇALVES, Agnelo Barreiro. *A Igreja Católica e o Golpe de 1964*. Akrópolis, Umuarama, v.13, n.1, jan./mar., 2005. Disponível em: [<https://pt.scribd.com/document/57788493/A-IGREJA-CATOLICA-E-O-GOLPE-DE-1964>]. Acesso em: 06.11.2018.

¹⁰ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Política exterior e desenvolvimento (1951 - 1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Ensaios FEE. Porto Alegre: 1999. v.20, n1, p.134 – 154.

guerra o Brasil veio a ocupar um papel importante como fornecedor de matéria prima para o desenvolvimento Norte Americano, além de todo movimento político Latino Americano ser de interesse das superpotências após a revolução bem sucedida de Cuba em 1959.¹¹

Após o suicídio de Getúlio Vargas, assume brevemente o então o vice-presidente João Café Filho, evidenciando seu apoio, repudiando o programa nacionalista, sendo afastado do cargo por problemas de saúde.¹²

Já a igreja vinha de transformações internas, inexistindo uma única linha de ideal, buscou por meio de manifestações a conversão da população contra o atual governo e através de manifestos repudiava a tendência comunista possivelmente idealizada por Goulart, chamava a população para a salvação da democracia Brasileira. No entanto, verifica-se apenas a presença de grupos sociais de classe média e grupos políticos opositores, a participação de manifestantes da periferia era escassa. Estas manifestações tiveram uma imensa cobertura pela imprensa dando força para o movimento “anticomunista” e estendendo até as classes baixas e periféricas, anteriormente fora do movimento.

No decorrer da primeira década de regime militar iniciado em 1964, a igreja, qual começa a perder influência entre a população, inicia uma série de programas com a ideologia de uma sociedade mais justa e na luta contra a alienação do povo. Existem relatos de que no início de 1970, pessoas eram retiradas de suas casas para assegurar a posse de terras que foram compradas por empresas particulares, reprimindo qualquer tipo de

¹¹ ARRUDA, Jose Jobson & PILETTI, Nelson. *Toda a História*. 4 ed. São Paulo: Ática, 2005.

¹² AMORIM, Carlos Roberto Cunha. *O Catolicismo Brasileiro no Golpe Militar de 1964*. XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESP-Franca, 2010. Disponível em: [www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Carlos%20Roberto%20Cunha%20Amorim.pdf]. Acesso em: 22.10.2018.

resistência por parte dos moradores, tendo no centro da “revolta” um padre, sendo este processado por incentivo a desordem.¹³

No dia 15 de Março de 1979 assume João Batista Figueiredo, dando início aos últimos anos da ditadura qual o Brasil já estava mergulhado na crise. Em 15 de janeiro de 1985, José Sarney foi então eleito por eleição indireta, sendo marcado pela reforma constitucional, e sendo o primeiro presidente civil após a tomada do governo pelos militares.

Edson Luiz de Almeida Teles assinala que “a transição brasileira, aponta-se a intenção de dividir a sociedade em parcelas previamente identificáveis, enquanto as demais são silenciadas em suas demandas”, enquanto a democracia não decorre de parcelas determinadas, no entanto desde o fim da ditadura no Brasil, a memória da política está dividida em parcelas previsíveis, e a transição do Estado e essa nova democracia contribuem para dificultar à memória política, privando o foco em casos concretos de indivíduos que sofreram as crueldades das ações.¹⁴

O Estado Brasileiro calou-se diante dos atos absurdos da ditadura durante a sua redemocratização, utilizou-se de estratégias de marketing, através de filmes, placas comemorativas, leis de reparação, livros. Enquanto crimes denominados comuns, crimes privados, os autores são condenados, com caráter imperdoável, enquanto os crimes públicos, como corrupção, crime contra a humanidade, crime de quebra de ordem constitucional são analisados com um dilema de punir ou perdoar, e em muitos casos são perdoados ou recebem penas brandas. A experiência de impunidade acaba por reforçar as incertezas entre vários setores

¹³ PRADO, Carlos Batista. *A participação da igreja católica na implantação e consolidação do regime militar*. Disponível em: [http://www.lo.unisal.br/nova/sala2008/sala2008_2/textos/artigo_igreja.pdf]. Acesso em: 04.11.2018.

¹⁴ TELES, Edson Luis de Almeida. *Brasil e África do Sul: os paradoxos da democracia. Memória política em democracias com herança autoritária*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: [www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-10102007-150946]. Acesso em: 04.11.2018.

da sociedade, causando o enfraquecimento da democracia¹⁵, Edson Luiz de Almeida Teles destaca que:

Em agosto de 1979, o congresso Nacional brasileiro, ainda sob a vigência do regime civil-militar, aprovou a lei da anistia “a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes”¹⁶

No entanto, parte dos presos políticos perseguidos não foram beneficiados, estes envolvidos em crimes como terrorismo, assaltos, atentado pessoal. Também não foram anistiados os torturadores, os mortos e desaparecidos políticos, nunca sendo esclarecido seu paradeiro. Este foi considerado o marco de transição da ditadura para o estado democrático, visando a superação disfarçada pelo silêncio imposto. A censura proibia qualquer tipo de notícia relacionada as decisões presidenciais, como a sucessão, negava qualquer tipo de censura, quando ocorria a morte de torturados o caixão era lacrado antes de ser enviado à família, tendo de ser enterrado logo em seguida, e sempre o laudo médico apontava o suicídio ou tentativa de fuga.

Atualmente, podem ser identificados traços mantidos do contexto político ditatorial, onde na época existia várias exceções à democracia na suspensão dos atos de justiça, nas torturas praticadas em delegacias, sendo estes casos silenciados nos debates de transições políticas, ou no medo que acompanha a memória Brasileira das torturas e o aspecto de impunidade da democracia gerada pela lei da anistia, a não abertura de documentos Militares secretos, a insuficiência das leis posteriores de indenização ou reparação. Pode ser observado o esforço para que o passado seja silenciado, por meio do esquecimento, tradição esta herdada da tradicional política ocidental.

Entre vários documentos e fontes que podem narrar os horrores praticados pelos regimes nos levando a reflexão, temos os sobreviventes e testemunhas, que se solidarizam com o

¹⁵ TELES, Edson Luiz de Almeida. *Loc. Cit. Op. Cit.* p. 13

¹⁶ TELES, Edson Luiz de Almeida. *Loc. Cit. Op. Cit.* p. 19

problema, temos também os que apenas ignoram o fato, assim como a maioria da população, ao ignorar os fatos ocorridos nessa época acaba-se excluindo os valores, dando margens a certas ações e atitudes tomadas pela política no presente.¹⁷

4. PRECARIIDADES: POLÍTICA E MIDIÁTICA

Passando por tais dificuldades e atualmente o Estado Brasileiro vive em plena democracia e a Constituição Federal, desenvolvida no anseio da sociedade em relação a uma ordem democrática assegura a moradia, o acesso a informação como direitos fundamentais, em seus artigos quinto e sexto, os quais foram violados devido a megaeventos, que o país sediou, é evidente a necessidade de exceções à Constituição, como por exemplo, a venda de bebidas alcoólicas no interior de estádios, ato este que é proibido por lei, no entanto foi permitido o comércio no Mundial pela marca patrocinadora da FIFA, devido aos imensos interesses econômicos.¹⁸

A Lei nº 12.663, de 5 de Junho de 2012, dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações da FIFA - 2013, Copa de Mundo da FIFA - 2014, e a Jornada Mundial da Juventude – 2013, e determina em seu artigo 11:

“A União colaborará com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que sediarão os Eventos e com as demais autoridades competentes para assegurar à FIFA e às pessoas por ela indicadas a autorização para, com exclusividade, divulgar suas marcas, distribuir, vender, dar publicidade ou realizar propaganda de produtos e serviços, bem como outras atividades promocionais ou de comércio de rua, nos Locais Oficiais de

¹⁷ TELES, Edson Luiz de Almeida. *LOc. Cit. Op. Cit.* p. 79

¹⁸ GASTALDO, Édison. *O fato social total brasileiro: uma perspectiva etnográfica sobre a recepção pública da copa do mundo no Brasil.* Horizontes Antropológicos v.19 n.40. Porto Alegre, 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832013000200007&lang=pt]. Acesso em: 04.11.2018.

Competição, nas suas imediações e principais vias de acesso”.

19

Os jogos olímpicos ocorridos no Rio de Janeiro em 2016, foi um dos maiores eventos que o Brasil já sediou, e dentre os outros megaeventos anteriormente citados, foi o mais recente de todos. E a venda de bebidas alcoólicas nas arenas durante as competições das olimpíadas também aconteceu, onde o copo com a bebida foi vendido a 13 reais.²⁰

Devido à grande importância que se tem dado a estes eventos, a segregação vem ocorrendo de forma escancarada, sejam no valor exorbitante dos ingressos, na dificuldade de locomoção próximo aos estádios, vendedores ambulantes, que em dias de jogos comumente poderiam ser encontrados próximo aos estádios foram impedidos de trabalhar, sendo expulsos de seu ambiente de trabalho, para que possam ser vendidos produtos por altos preços dentro dos estádios. Profissionais que em muitos casos possuem baixa escolaridade e dependem exclusivamente deste tipo de comércio, pessoas que moram em localidades destinadas a receber obras para a realização dos eventos tendo de se retirar de suas casas, com propostas absurdas de ressarcimento, devido a irregularidades das documentações dos imóveis.²¹

O próprio governo atual dá-se a entender que não está contente com nossa Constituição, uma vez que por meio de decreto procura modificar o mecanismo democrático Brasileiro, o decreto 8.243 procura que a sociedade civil participe diretamente em todos os órgãos e entidades de administração federais

¹⁹ PLANALTO, *Lei Nº 12.663, de 5 de Junho de 2012*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm]. Acesso em: 05.11.2018.

²⁰ INFOMONEY. Negócios, Como Vender Mais: 17.08.2016. *Ouro no marketing: copos fazem cerveja de R\$ 13 vender como água no Rio*. Disponível em: [<https://www.infomoney.com.br/negocios/como-vender-mais/noticia/5446614/ouro-marketing-copos-fazem-cerveja-vender-como-agua-rio>]. Acesso em: 08.11.2018.

²¹ ANTUNES, André. *Copa do Mundo: que interesses estão em jogo?* Revista Poli, Rio de Janeiro: 09.2013. Disponível em: [<http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/EdicoesRevistaPoli/R37.pdf>]. Acesso em: 08.11.2018.

diretas e indireta, agências reguladoras através de conselhos, conferências, entre outros, mas quais serão os parâmetros utilizados pelos governos? Neste caso se os representantes eleitos não tem a capacidade de “representar”, todos os cidadãos tem o direito igualmente de opinião, como evitar que certas categorias elitistas tenham domínio nas influências para com o governo, devido a certos seguimentos de raciocínio qual podem ser tendenciosos? Estará o governo decretando a desigualdade? ²²⁻²³

Devido a tais megaeventos foi desencadeado uma série de estratégias, como o Marco Civil da Internet, que em seu artigo 15, abre uma margem gigante para a “autocensura”, quando um provedor pode ser responsabilizado por determinados conteúdos de fonte duvidosa ou infringente, a mobilização da sociedade por meio da imprensa para a flexibilização da “Voz do Brasil” devido aos jogos da Copa do Mundo de Futebol. ^{24,25}

Por que não mobilizar a sociedade nas demais decisões dos governantes, como a PEC 67/07 que visa a redução do número de senadores que atualmente são três por estado para dois, ou a PEC 69/07 que junto com o projeto de Lei 465/07, que pretende reduzir o número de deputados federais para 405, qual

²² ESTADÃO, *Mudança de regime por decreto*. Disponível em: [<http://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,mudanca-de-regime-por-decreto-imp-,1173217>]. Acesso em: 12.07.2018.

²³ PLANLATO, *Decreto nº 8.243. De 23 de maio de 2014*. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm]. Acesso em: 04.11.2018.

²⁴ NACIONAL, Congresso. *Projeto de lei*. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=912989&file-name=PL@126/201]. Acesso em: 18.10.2018.

²⁵ RIBEIRO, David. *CCJ aprova flexibilização do horário de transmissão da voz do Brasil*. Disponível em: [www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/comunicacao/201342-ccj-aprova-flexibilizacao-do-horario-detransmissao-da-voz-do-brasil.html]. Acesso em: 18.10.2018.

atualmente são de 513.²⁶⁻²⁷

Existem diversos estudos que comprovam que a mídia por mais que não seja a única via de informação que instrui as pessoas, esta tem um impacto imensurável nas decisões tomadas. As pessoas por mais que tenham o interesse de tomar decisões conscientes, muitas vezes são influenciadas mesmo que indiretamente, tomando decisões por meio de heurísticas.

Quando a mídia demonstra diversos benefícios buscando o apoio popular, deixando de lado ou encobrindo violações tanto do direito à moradia como ao direito ao acesso à informação, contribui para tais decisões, estas informações que são transmitidas para a sociedade advém de maneira que beneficie não somente a própria fonte ou envolvidos com os emissores de tais notícias, mas também no interesse dos receptores, visto que a grande maioria não tem interesse em determinados assuntos, que são de interesses de especialistas, somando então a falta de apuração real dos fatos por parte da mídia e a facilidade com que pessoas leigas tem de reter essas informações como verdade incontestável, temos uma percepção de realidade um tanto quanto simbólica.²⁸

5. DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Fica determinada a função de educar o cidadão para a prática democrática, aos partidos políticos. Estes devem

²⁶ SENADO, Agência. *PEC prevê apenas dois senadores por Estado*. Disponível em: [www12.senado.gov.br/noticias/materias/2007/08/10/pec-preve- apenas-dois-senadores-por-estado]. Acesso em: 18.10.2018.

²⁷ SENADO, Agência. *PEC e projeto de lei pretendem reduzir o número de deputados federais a 405*. Disponível em: [http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2007/08/10/pec-e-projeto-de-lei-pretendem-reduzir-numero-de-deputados-federais-a-405]. Acesso em: 18.10.2018.

²⁸ CIARELLI, Gustavo. ÁVILA, Marcos. *A influência da mídia e da heurística da disponibilidade na percepção da realidade: um estudo experimental*. Revista de Administração Pública. v.43 n.3. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122009000300002&lng=pt&nrm=iso]. Acesso em: 27.10.2018.

simplificar a escolha do voto, reduzir o custo das informações importantes, propor discussões políticas evidenciando determinados temas, justificando sua postura frente a tais temas, o eleitor deve ser absorvido pelos ideais, ficando ciente das propostas oferecidas, impedindo que seja influenciado por grupos extremistas ou líderes demagógicos.

No entanto, fica evidente a crescente depreciação dos eleitores para com os partidos políticos, sendo uma das causas a independência causada pelo índice de escolaridade que vem subindo entre o eleitores, devido a intervenções da mídia que repassa as informações dos partidos para o eleitorado, fato que era feito pelo próprio partido, também contribui os novos métodos de campanha e de pesquisas de opinião pública. Várias pesquisas de opinião demonstram a divergência de comportamento político de acordo com o status econômico e escolar, sendo esta última a de maior influência, isolando o indivíduo da vida pública.²⁹

Apesar disso pode ser observado no comportamento da sociedade, um grau de motivação e interesses bastante diversos, não se pode estabelecer uma imparcialidade entre a participação e influência qual os indivíduos pode exercer sob o governo, a participação é a fase final do processo relacionado com a capacidade de ler, falar, e agir, tornando o voto o único mecanismo de expressão política que mantem a equidade entre os cidadãos. No entanto, a minoria ativa, engajada e interessada politicamente, que pesquisa sobre os candidatos não é capaz de eleger tais candidatos, enquanto a maioria passiva, desinteressada acaba por eleger outros candidatos sem o prévio conhecimento dos ideais e posturas.

A democracia ocidental ao contrário da teoria, frustra as

²⁹ VEIGA, Luciana Fernandes. *Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002*. Opinião Pública. v.13. n.2. Campinas: 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762007000200005]. Acesso em: 27.10.2018

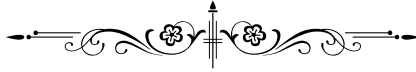
expectativas até mesmo nas maiores e mais estáveis, já a questão de motivação dos populares está diretamente relacionada com o voto facultativo ou o voto obrigatório, quando o indivíduo é a favor do voto facultativo ele vê como um direito e não como um dever, sendo este o mais interessado no processo de eleição dos representantes, sem dúvidas a democracia ganharia neste sentido, já que os desinteressados ficariam afastados e desmotivados a participar. Porém, o voto obrigatório tem sido um fator decisivo na participação eleitoral, garantindo uma participação elevada nas eleições, e o voto compulsório acaba por levar o indivíduo a participar e sem nenhuma convicção.³⁰

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a mídia tem um comportamento tendencioso, acaba por influenciar uma grande maioria de indivíduos, defasando a própria democracia, quando a pessoa é manipulada de nada adianta ir às urnas escolher os representantes, na época da ditadura militar, qual se estendeu por mais de 20 anos, a população a princípio acabou se dando por satisfeita, quando foi dado conta da gravidade da situação já era tarde, onde as forças armadas já tinham se “enraizado” no governo. Atualmente, fica muito difícil de distinguir as tendências midiáticas, uma vez que a educação nunca foi uma prioridade para o Estado Brasileiro.

O Marco Civil da internet a flexibilização da Voz do Brasil são exemplos de que a informação e decisões são levadas a partir da conveniência e não da necessidade, fato agravado devido a compra de votos, ao clientelismo político, e a falta de educação política, acabando por perpetuar tais elites no poder.

³⁰ OLIVEIRA, Luzia Helena Herman de. *Voto obrigatório e equidade um estudo de caso*. São Paulo em Perspectiva. v.13. n.4. São Paulo, 1999. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400016]. Acesso em: 18.10.2018.



REFERÊNCIAS

- AMORIM, Carlos Roberto Cunha. *O Catolicismo Brasileiro no golpe militar de 1964*. 2010. Disponível em: [www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Carlos%20Roberto%20Cunha%20Amorim.pdf]. Acesso em: 22.10.2018.
- ANTUNES, André. *Copa do Mundo: que interesses estão em jogo?* Revista Poli, Rio de Janeiro: 09.2013. Disponível em: [<http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/EdicoesRevistaPoli/R37.pdf>]. Acesso em: 08.11.2018.
- ARAÚJO, Maria Paula. SANTOS Desirre dos. SILVA, Izabel Pimentel. *Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, Imagem e Testemunho*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2013. Disponível em: [https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/ditadura_militar_demo.pdf]. Acesso em: 25.10.2018.
- ARRUDA, Jose Jobson & PILETTI, Nelson. *Toda a História*. 4 ed. São Paulo: Ática, 2005.
- CIARELLI, Gustavo. ÁVILA, Marcos. *A influência da mídia e da heurística da disponibilidade na percepção da realidade: um estudo experimental*. Revista de Administração Pública. v.43 n.3. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122009000300002&lng=pt&nrm=iso]. Acesso em: 27.10.2018.
- ESTADÃO, *Mudança de regime por decreto*. Disponível em: [<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,mudanca-de-regime-por-decreto-imp-,1173217>]. Acesso em:

- 12.07.2018.
- GASTALDO, Édison. *O fato social total brasileiro: uma perspectiva etnográfica sobre a recepção pública da copa do mundo no Brasil*. Horizontes Antropológicos v.19 n.40. Porto Alegre, 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832013000200007&lang=pt]. Acesso em: 04.11.2018.
- GOMES, Laurentino. *1889: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a proclamação da República no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Globo, 2013.
- GONÇALVES, Agnelo Barreiro, *A Igreja Católica e o Golpe de 1964*. Akropolis, Umuarama, v.13, n.1, jan./mar., 2005. Disponível em: [<https://pt.scribd.com/document/57788493/A-IGREJA-CATOLICA-E-O-GOLPE-DE-1964>]. Acesso em: 06.11.2018.
- INFOMONEY. Negócios, Como Vender Mais: 17.08.2016. *Ouro no marketing: copos fazem cerveja de R\$ 13 vender como água no Rio*. Disponível em: [<https://www.infomoney.com.br/negocios/como-vender-mais/noticia/5446614/ouro-marketing-copos-fazem-cerveja-vender-como-agua-rio>]. Acesso em: 08.11.2018.
- NACIONAL, Congresso. *Projeto de lei*. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=912989&filename=PL@126/201]. Acesso em: 18.10.2018.
- OLIVEIRA, Luzia Helena Herman de. *Voto obrigatório e equidade um estudo de caso*. São Paulo em Perspectiva. v.13. n.4. São Paulo, 1999. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400016]. Acesso em: 18.10.2018.
- PRADO, Carlos Batista. *A participação da igreja católica na implantação e consolidação do regime militar*.

- Disponível em: [http://www.lo.unisal.br/nova/sala2008/sala2008_2/textos/artigo_igreja.pdf]. Acesso em: 04.11.2018.
- PLANALTO, *Decreto nº 8.243. De 23 de maio de 2014*. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm]. Acesso em: 04.11.2018.
- PLANALTO, *Lei Nº 12.663, de 5 de Junho de 2012*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm]. Acesso em: 05.11.2018.
- RAPOPORT, Mário. LAUFER Rubén. *Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960*. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n1/v43n1a04]. Acesso em: 01.11.2018.
- RIBEIRO, David. *CCJ aprova flexibilização do horário de transmissão da voz do Brasil*. Disponível em: [www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/comunicacao/201342-ccj-aprova-flexibilizacao-do-horario-de-transmissao-da-voz-do-brasil.html]. Acesso em: 18.10.2018.
- SENADO, Agencia. *PEC e projeto de lei pretendem reduzir o número de deputados federais a 405*. Disponível em: [<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2007/08/10/pec-e-projeto-de-lei-pretendem-reduzir-numero-de-deputados-federais-a-405>]. Acesso em: 18.10.2018.
- SENADO, Agencia. *PEC prevê apenas dois senadores por Estado*. Disponível em: [www12.senado.gov.br/noticias/materias/2007/08/10/pec-preve-apenas-dois-senadores-por-estado]. Acesso em: 18.10.2018.
- TELES, Edson Luis de Almeida. *Brasil e África do Sul: os paradoxos da democracia. Memória política em democracias com herança autoritária*. Faculdade de Filosofia,

- Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: [www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-10102007-150946]. Acesso em: 04.11.2018.
- VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas*. Organização, Maria Celina D'Araújo. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. Disponível em: [<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/getulio-vargas/perfil-parlamentar-de-getulio-vargas>]. Acesso em: 04.11.2018.
- VEIGA, Luciana Fernandes. *Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002*. Opinião Pública. v.13. n.2. Campinas: 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762007000200005]. Acesso em: 27.10.2018
- VIANA, Fernando Antônio Campos. *Democracia e Constituição: O processo de abertura democrática e constituição Brasileira*. Disponível em: [<https://uol.unifor.br/oul/conteudosite/F1066344996/Dissertacao.pdf>]. Acesso em: 17.10.2018.
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Política exterior e desenvolvimento (1951 - 1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Ensaios FEE. Porto Alegre: 1999. v.20, n1, p.134 – 154.